



Número: **0603773-82.2022.6.16.0000**

Classe: **RECURSO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Juiz Auxiliar - Melissa de Azevedo Olivas**

Última distribuição : **27/09/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Pesquisa Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Horário Eleitoral Gratuito**

Objeto do processo: **Representação Eleitoral com pedido liminar sob nº 0603773-82.2022.6.16.0000, proposta por Roberto Requião de Mello e Silva em face de Carlos Roberto Massa Junior, Darci Piana e Coligação A Mudança não Para. Pra Frente Paraná, com fulcro no art. 96 e seguintes da Lei Federal n.º 9.504/1997, alegando em síntese, que conforme arquivo de vídeo, no programa de televisão exibido em 14 de setembro de 2022 (H.E.G.), no período da tarde, os representados divulgaram resultado de pesquisa eleitoral, aparentemente com os dados que devem ser informados, mas que na prática não podem ser visualizados. Obtido a partir do congelamento do vídeo, é possível perceber que o programa de televisão dos representados faz referência a uma pesquisa realizada pelo IPESPE, dando conta de que a candidatura dos representados teria 72% dos votos. Há um asterisco no 72\*, fazendo menção de que os percentuais são dos votos válidos, sendo possível ler esta informação, embora a palavra "válido" quase esteja coberta pela intérprete de libras. É praticamente impossível ler os dados da pesquisa, embora, aparentemente tenham sido informados. Ocorre, que no programa de televisão em questão, não é possível ler os dados da pesquisa. Assim, embora aparentemente o programa de televisão dos representados, ao divulgar dados de pesquisa eleitoral, tenha colocado as informações exigidas na legislação, na prática não as colocaram, vez que o tamanho da fonte é minúsculo, impedindo sua leitura. (Requer: ao final, a condenação dos representados, de forma individual, ao pagamento da multa prevista no art. 17 da Resolução TSE nº 23.600, em seu valor máximo, tendo em vista a divulgação de dados de pesquisa eleitoral sem as informações obrigatórias desta em programa de televisão, tendo em vista a amplitude da propaganda).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA (RECORRENTE)	LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI (ADVOGADO) JEANCARLO DE OLIVEIRA COLETTI (ADVOGADO) MILTON CESAR DA ROCHA (ADVOGADO) AUGUSTO YASSUO YOKOYAMA (ADVOGADO) JULIA PACHECO DA TRINDADE (ADVOGADO) PATRICIA CARLA DE DEUS LIMA (ADVOGADO) MATHEUS ARZUA CASAGRANDE (ADVOGADO)

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR (RECORRIDO)	LUIS GUSTAVO MOTTA SEVERO DA SILVA (ADVOGADO) SANDERSON LIENIO DA SILVA MAFRA (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK (ADVOGADO) PAULO MANUEL DE SOUSA BAPTISTA VALERIO (ADVOGADO) MAITE CHAVES NAKAD MARREZ (ADVOGADO) NAHOMI HELENA DE SANTANA (ADVOGADO)
ELEICAO 2022 CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR GOVERNADOR (RECORRIDO)	LUIS GUSTAVO MOTTA SEVERO DA SILVA (ADVOGADO) SANDERSON LIENIO DA SILVA MAFRA (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK (ADVOGADO) PAULO MANUEL DE SOUSA BAPTISTA VALERIO (ADVOGADO) MAITE CHAVES NAKAD MARREZ (ADVOGADO) NAHOMI HELENA DE SANTANA (ADVOGADO)
ELEICAO 2022 DARCI PIANA VICE-GOVERNADOR (RECORRIDO)	LUIS GUSTAVO MOTTA SEVERO DA SILVA (ADVOGADO) SANDERSON LIENIO DA SILVA MAFRA (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK (ADVOGADO) PAULO MANUEL DE SOUSA BAPTISTA VALERIO (ADVOGADO) MAITE CHAVES NAKAD MARREZ (ADVOGADO) NAHOMI HELENA DE SANTANA (ADVOGADO)
DARCI PIANA (RECORRIDO)	LUIS GUSTAVO MOTTA SEVERO DA SILVA (ADVOGADO) SANDERSON LIENIO DA SILVA MAFRA (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK (ADVOGADO) PAULO MANUEL DE SOUSA BAPTISTA VALERIO (ADVOGADO) MAITE CHAVES NAKAD MARREZ (ADVOGADO) NAHOMI HELENA DE SANTANA (ADVOGADO)
A MUDANÇA NÃO PARA. PRA FRENTE PARANÁ 10-REPUBLICANOS / 15-MDB / 77-SOLIDARIEDADE / 22-PL / 55-PSD / 44-UNIÃO / 35-PMB / 11-PP / 36-AGIR / 90-PROS / 14-PTB (RECORRIDO)	LUIS GUSTAVO MOTTA SEVERO DA SILVA (ADVOGADO) SANDERSON LIENIO DA SILVA MAFRA (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK (ADVOGADO) PAULO MANUEL DE SOUSA BAPTISTA VALERIO (ADVOGADO) MAITE CHAVES NAKAD MARREZ (ADVOGADO) NAHOMI HELENA DE SANTANA (ADVOGADO)
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43182909	04/10/2022 18:17	<u>Acórdão</u>	Acórdão



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**ACÓRDÃO Nº 61.397**

**RECURSO NA REPRESENTAÇÃO 0603773-82.2022.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ**

**Relator: MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS**

**RECORRENTE: ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA**

**ADVOGADO: LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - OAB/PR56621**

**ADVOGADO: JEANCARLO DE OLIVEIRA COLETTI - OAB/PR81995-A**

**ADVOGADO: MILTON CESAR DA ROCHA - OAB/PR46984-A**

**ADVOGADO: AUGUSTO YASSUO YOKOYAMA - OAB/PR108957**

**ADVOGADO: JULIA PACHECO DA TRINDADE - OAB/PR0089158**

**ADVOGADO: PATRICIA CARLA DE DEUS LIMA - OAB/PR28277**

**ADVOGADO: MATHEUS ARZUA CASAGRANDE - OAB/PR108262**

**RECORRIDO: CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR**

**ADVOGADO: LUIS GUSTAVO MOTTA SEVERO DA SILVA - OAB/PR44980-A**

**ADVOGADO: SANDERSON LIENIO DA SILVA MAFRA - OAB/RN9249**

**ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - OAB/PR62051-A**

**ADVOGADO: PAULO MANUEL DE SOUSA BAPTISTA VALERIO - OAB/PR31447**

**ADVOGADO: MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - OAB/PR86684-A**

**ADVOGADO: NAHOMI HELENA DE SANTANA - OAB/PR107712**

**RECORRIDO: ELEICAO 2022 CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR GOVERNADOR**

**ADVOGADO: LUIS GUSTAVO MOTTA SEVERO DA SILVA - OAB/PR44980-A**

**ADVOGADO: SANDERSON LIENIO DA SILVA MAFRA - OAB/RN9249**

**ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - OAB/PR62051-A**

**ADVOGADO: PAULO MANUEL DE SOUSA BAPTISTA VALERIO - OAB/PR31447**

**ADVOGADO: MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - OAB/PR86684-A**

**ADVOGADO: NAHOMI HELENA DE SANTANA - OAB/PR107712**

**RECORRIDO: ELEICAO 2022 DARCI PIANA VICE-GOVERNADOR**

**ADVOGADO: LUIS GUSTAVO MOTTA SEVERO DA SILVA - OAB/PR44980-A**

**ADVOGADO: SANDERSON LIENIO DA SILVA MAFRA - OAB/RN9249**

**ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - OAB/PR62051-A**

**ADVOGADO: PAULO MANUEL DE SOUSA BAPTISTA VALERIO - OAB/PR31447**

**ADVOGADO: MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - OAB/PR86684-A**

**ADVOGADO: NAHOMI HELENA DE SANTANA - OAB/PR107712**

**RECORRIDO: DARCI PIANA**

**ADVOGADO: LUIS GUSTAVO MOTTA SEVERO DA SILVA - OAB/PR44980-A**

**ADVOGADO: SANDERSON LIENIO DA SILVA MAFRA - OAB/RN9249**

**ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - OAB/PR62051-A**

**ADVOGADO: PAULO MANUEL DE SOUSA BAPTISTA VALERIO - OAB/PR31447**

**ADVOGADO: MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - OAB/PR86684-A**

**ADVOGADO: NAHOMI HELENA DE SANTANA - OAB/PR107712**

**RECORRIDO: A MUDANÇA NÃO PARA. PRA FRENTE PARANÁ 10-REPUBLICANOS / 15-**



**MDB / 77-SOLIDARIEDADE / 22-PL / 55-PSD / 44-UNIÃO / 35-PMB / 11-PP / 36-AGIR / 90-PROS / 14-PTB**

**ADVOGADO: LUIS GUSTAVO MOTTA SEVERO DA SILVA - OAB/PR44980-A**

**ADVOGADO: SANDERSON LIENIO DA SILVA MAFRA - OAB/RN9249**

**ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - OAB/PR62051-A**

**ADVOGADO: PAULO MANUEL DE SOUSA BAPTISTA VALERIO - OAB/PR31447**

**ADVOGADO: MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - OAB/PR86684-A**

**ADVOGADO: NAHOMI HELENA DE SANTANA - OAB/PR107712**

**FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1**

**EMENTA. ELEIÇÕES 2022. RECURSO EM REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA EM HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO. VEICULAÇÃO DE RESULTADO DE PESQUISA ELEITORAL. DADOS OBRIGATÓRIOS INFORMADOS COM CLAREZA. INEXISTÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO A RESPEITO DO TAMANHO DA FONTE. IRREGULARIDADE NÃO VERIFICADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

1. O artigo 14 da Resolução TSE 23.600 determina que: *"Na divulgação de pesquisas, no horário eleitoral gratuito, não será obrigatória a menção aos nomes de concorrentes, desde que o modo de apresentação dos resultados, não induza a eleitora ou eleitor a erro quanto ao desempenho da candidata ou candidato, em relação aos demais, devendo ser informados com clareza os dados especificados no art. 10 desta Resolução."*

2. Do artigo 10 da citada resolução consta a exigência de informação quanto ao período de realização da coleta de dados, margem de erro, nível de confiança, número de entrevistas, nome da entidade ou da empresa que a realizou e, se for o caso, de quem a contratou, bem como o número de registro da pesquisa.

3. Inexiste na legislação regulamentação a respeito do tamanho mínimo de fonte para informação dos referidos dados.

4. No caso posto, ainda que em tamanho diminuto, observa-se que os dados obrigatórios da pesquisa foram informados



de forma clara, não havendo qualquer irregularidade.

5. Recurso conhecido e não provido.

## DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.

Curitiba, 04/10/2022

RELATOR(A) MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso em Representação interposto por **ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA** (id 43171555) em face da sentença que julgou improcedente a representação movida em face de **CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR, DARCI PIANA E coligação A MUDANÇA NÃO PARA. PRA FRENTE PARANÁ (REPUBLICANOS, MDB, SOLIDARIEDADE, PL, PSD, UNIÃO, PMB, PP, AGIR, PROS e PTB)** referente à suposta divulgação irregular de pesquisa eleitoral em horário eleitoral gratuito, no dia 14 de setembro, no bloco da tarde.

O recorrente sustenta que os dados da pesquisa eleitoral citada no horário eleitoral gratuito são ilegíveis, haja vista o tamanho diminuto do texto, o que viola o artigo 78 da Resolução TSE nº 23.610 e artigo 14 da Resolução TSE nº 23.600. Ao final, requereu a procedência da representação com aplicação de multa em virtude da veiculação de propaganda irregular.

Os recorridos manifestaram-se pelo conhecimento e desprovimento do recurso (id 43178962).

É o breve relato.

## VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade e, considerando a tempestividade na interposição (sentença publicada em 25.09.2022; recurso interposto em 26.09.2022), deve o recurso ser conhecido.

Pretende o recorrente a reforma da sentença, que concluiu pela ausência de irregularidade na propaganda veiculada em horário eleitoral gratuito televisivo.

Em que pesem as insurgências recursais, tenho que a sentença deve permanecer irretocável.

Infere-se dos autos que o representado veiculou no horário eleitoral gratuito pesquisa eleitoral, cujos dados, segundo o recorrente, estão ilegíveis, em violação à legislação pertinente.

Bem, com relação à divulgação de pesquisas no horário eleitoral gratuito, dispõe o artigo 78 da Resolução – TSE 23.610 que:

*"Na divulgação de pesquisas, no horário eleitoral gratuito, devem ser informados*



*com clareza, o período de sua realização e a margem de erro, não sendo obrigatória a menção aos concorrentes, desde que o modo de apresentação dos resultados não induza o eleitor em erro quanto ao desempenho do candidato em relação aos demais”*

Regra similar consta do artigo 14 da Resolução TSE 23.600, a saber:

*"Na divulgação de pesquisas, no horário eleitoral gratuito, não será obrigatória a menção aos nomes de concorrentes, desde que o modo de apresentação dos resultados, não induza a eleitora ou eleitor a erro quanto ao desempenho da candidata ou candidato, em relação aos demais, devendo ser informados com clareza os dados especificados no art. 10 desta Resolução."*

No caso, é incontroverso que o representado divulgou as informações obrigatórias referentes à pesquisa eleitoral, conforme confirmado pelo próprio recorrente.

A insurgência recursal recai exclusivamente sobre o tamanho do texto veiculado na propaganda.

Ocorre que, consoante ressaltado pelo próprio recorrente, inexistente na legislação qualquer regulamentação acerca do tamanho do texto para veiculação das referidas informações, não cabendo a este Colegiado estabelecer um parâmetro mínimo.

A legislação apenas estabelece que os dados da pesquisa devem ser informados com clareza, requisito este satisfeito no caso concreto.

Analisando o trecho colacionado na defesa (id 43158918), ainda que em tamanho diminuto, é possível sim ler o texto veiculado. Insta considerar que a propaganda impugnada foi veiculada na televisão, logo em proporções maiores do que a apresentada nestes autos.

Apenas poderíamos atestar a inobservância à norma caso os dados estivessem de fato ilegíveis, não sendo esta a hipótese.

Deste modo, conclui-se que os dados da pesquisa foram divulgados de forma clara, não havendo qualquer irregularidade que justifique a aplicação de multa.

Registre-se, por fim, que a multa cuja aplicação é pretendida pelo representante, qual seja, a prevista no artigo 17 da Resolução TSE nº 23.600, sequer guarda relação com a questão ora em debate, visto referir-se à divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações no Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle).

## DISPOSITIVO

Em face do exposto, **voto pelo conhecimento e desprovimento do recurso**, mantendo-se inalterada a sentença prolatada.

**MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS**

**JUÍZA RELATORA**

EXTRATO DA ATA



RECURSO (15090) Nº 0603773-82.2022.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATORA: DRA. MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - RECORRENTE: ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA - Advogados do RECORRENTE: LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - PR56621, JEANCARLO DE OLIVEIRA COLETTI - PR81995-A, MILTON CESAR DA ROCHA - PR46984-A, AUGUSTO YASSUO YOKOYAMA - PR108957, JULIA PACHECO DA TRINDADE - PR0089158, PATRICIA CARLA DE DEUS LIMA - PR28277, MATHEUS ARZUA CASAGRANDE - PR108262 - RECORRIDOS: CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR, ELEICAO 2022 CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR GOVERNADOR, ELEICAO 2022 DARCI PIANA VICE-GOVERNADOR, DARCI PIANA, A MUDANÇA NÃO PARA. PRA FRENTE PARANÁ 10-REPUBLICANOS / 15-MDB / 77-SOLIDARIEDADE / 22-PL / 55-PSD / 44-UNIÃO / 35-PMB / 11-PP / 36-AGIR / 90-PROS / 14-PTB - Advogados dos RECORRIDOS: LUIS GUSTAVO MOTTA SEVERO DA SILVA - PR44980-A, SANDERSON LIENIO DA SILVA MAFRA - RN9249, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - PR62051-A, PAULO MANUEL DE SOUSA BAPTISTA VALERIO - PR31447, MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - PR86684-A, NAHOMI HELENA DE SANTANA - PR107712.

#### DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura. Participaram do julgamento os Eminentes Julgadores: Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Flavia da Costa Viana, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani, Thiago Paiva dos Santos e José Rodrigo Sade. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Mônica Dorotéia Bora.

SESSÃO DE 04.10.2022.

